

## Brasil

## QUASE ATROPELARAM MULHER E CRIANÇA

Os detalhes da abordagem em Marabá  
PF abre inquérito contra fugitivos de Mossoró por tentativa de homicídio

## EDUCAÇÃO ESPECIAL

# AUTISMO NAS ESCOLAS

## Presença de acompanhantes nas salas acirra debate sobre inclusão e desafia MEC

BRUNO ALFARO

bruno.alfaro@globo.com

De 2017 para 2023, o número de matrículas de crianças diagnosticadas com autismo passou de menos de 100 mil para 607.144. O aumento em quase seis vezes no período deu mais relevância a um debate sobre as políticas destinadas a esse grupo nas escolas, entre correntes que preveem estratégias distintas no apoio aos estudantes. O ponto principal, nos dois lados da discussão, é a figura do acompanhante para esses alunos nas salas de aula.

Um parecer aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que ainda depende do aval do Ministério da Educação, prevê a atuação de acompanhantes especializados. Atualmente, as crianças com deficiência já têm direito a um profissional de apoio escolar, para ajudá-la com alimentação, higiene e locomoção. No entanto, nem sempre esse direito é garantido.

A medida do CNE gerou divergências entre associações de pais, pesquisadores e pessoas com deficiência. Ao mesmo tempo, já são colocadas em prática alternativas para incluir novos apoios. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, autorizou a entrada de atendentes pessoais nas unidades, sob a responsabilidade das famílias.

Aprovado em dezembro, o documento do CNE define que o acompanhante deve ter pelo menos o ensino médio completo e um curso de formação, a ser criado, de 180 horas. Segundo Sueli Melo de Castro Menezes, integrante do conselho que relatou o parecer, ele seria uma espécie de mediador da comunicação do estudante com a sala de aula e o professor, ajudando também no ensino e na compreensão do currículo. O parecer prevê ainda um Plano Educacional Individualizado (PEI).

Segundo o ministro da Educação, Camilo Santana, o do-



Proposta. Estudante autista participa de projeto com leitura e inclusão familiar em escola municipal do Rio; atuação de acompanhantes gera debate

## O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO

**O que é?**  
Um instrumento para as "adaptações razoáveis" ao aluno com autismo.

**Como ele é construído?**  
Elaborado nos primeiros 30 dias para alunos novos ou no fim do ano para ser aplicado no seguinte pelo professor regente e de atendimento especializado. Precisa de autorização dos pais.

## O que tem?

- 1. ASPECTOS DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA**
- As habilidades para interagir com pessoas
  - De que ele gosta ou não
  - Como se comunica
  - Eventuais gatilhos para crises e o que fazer nelas
  - Estratégias de como lidar com comportamentos desafiantes
  - Histórias
  - Necessidade ou não de acompanhante especializado
- 2. PLANO DE ESTUDOS**
- Habilidades-alvo mínimas com adaptações
  - Sistema de ajuda necessário (física, gestual, verbal, etc)
  - Critérios para considerar se determinada habilidade foi aprendida
  - Metas objetivas com a evolução da criança
  - Adaptação de provas

## Quem é o acompanhante especializado?

- Profissional de ensino técnico
- Formação de 180 horas
- Auxilia a comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais
- Pode ajudar nas questões pedagógicas

CORTESIA DE ATE

ções de pessoas com deficiência e familiares afirmam que ele pode criar uma situação de alunos com autismo excluídos mesmo dentro de turmas regulares.

—A tendência é que o acompanhante especializado vire um professor particular. O professor e os outros alunos passam a falar diretamente com o acompanhante em vez de falar com a criança, e ela fica isolada mesmo estando na sala de aula comum, porque não abre espaço para que outras relações de cooperação e de cuidado se estabeleçam — alerta Mariana Rosa, educadora que integra a Comissão Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, órgão consultivo do MEC, e é fundadora do Instituto Círculo, que atua na causa.

Outro problema citado é que o parecer estimularia práticas da saúde em ambiente escolar, o que, segundo Rosa, induz — sem citar explicitamente — a uma abordagem conhecida como ABA, um método terapêutico amplamente usado nos EUA que tem sido defendido no Brasil por políticos conservadores. Especialistas apontam que ele demanda atenção individualizada do psicólogo ou do professor com uma única criança para conseguir resultados. A relatora do texto diz que "não prega a ABA" mas não tem como estabelecer a mesma linha de atendimento a todos.

Defensora pública de São Paulo com pós-graduação em educação especial, Renata Tibiryá cobra mais debate:

—O texto foi construído ouvindo um grupo de especialistas, mas todos têm o mesmo ponto de vista, e isso gerou todo o conflito.

## DEBATE EM SÃO PAULO

Em São Paulo, a reação também não foi pacífica. O governo liberou que um atendente pessoal — um parente ou uma pessoa contratada pela família — possa ajudar a criança na escola. Segundo a Secretaria Estadual de Educação, os outros tipos de apoio serão, por conta disso, retirados ou reduzidos.

Essa figura, porém, é diferente do acompanhante previsto pelo CNE porque não atua com processos pedagógicos, apenas em cuidados como locomoção e alimentação.

Na avaliação de Camilo Santana, o decreto de Tarcísio fere a equidade a que os estudantes teriam direito:

— Quem tem condições paga um profissional para estar lá dentro. Mas quem tem que ofertar todo esse tipo de apoio é o Estado.

## ANTÔNIO GOIS



antoniogois@globo.com



## Premiar escolas

Em entrevista aos repórteres Renata Cadarço e Victor Vieira, o ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou na semana passada que o MEC pretende instituir neste ano um prêmio para escolas e alunos que se destacam no Enem. Seria, em suas palavras, "uma espécie de Oscar da educação", a ser entregue em "grande solenidade com o presidente" Lula. "Por que a gente não premia esses pequenos que tiram mil na redação do Enem? É um estímulo, reconhecer o ta-

lento", disse. Na mesma reportagem, ele cita ainda a ideia de alguma bonificação a redes que mais avançarem em áreas como alfabetização, ensino técnico e tempo integral, justificando ainda que é preciso "dar visibilidade aos números" pois "isso incomoda os Estados que não estão bem, e a população cobra; por que meu Estado não avança?"

Premiações a alunos, professores, escolas ou gestores que se destacam em alguma área não são novidade na área educacional, e não há nada de errado em buscar valorizar o trabalho de profissionais e estudantes. Histórias de talentos também sempre tiveram grande apelo na opinião pública. Por isso são frequentes, todo ano, notícias destacando o "segredo" de jovens que tiraram nota mil ou histórias extraordinárias de primeiros colocados. Ainda faltam mais detalhes da proposta de Camilo, mas a pergunta a ser feita é: se, por se tratar de uma iniciativa do MEC, é o que se espera em termos de avanços na política pública educacional com essas premiações. Creio que a resposta mais realista neste caso seria não, ou muito pouco.

A ideia de que é preciso "dar visibilidade aos números" para cobrar estados ou municípios que avançam menos do que outros faz todo sentido do ponto de vista do monitoramento da atuação do poder público, mas não é preciso criar um "Oscar da educação" para isso. Basta continuar avançando na agenda de aperfeiçoamento, transparência e consequência dos indicadores educacionais.

No caso de alunos ou escolas, se o objetivo é que a premiação gere algum incentivo relevante para avançarmos mais rápido, a situação é mais complexa. Uma das evidências mais consolidadas da avaliação educacional é a constatação de que o nível socioeconômico das famílias é o fator de maior impacto no desempenho em testes. Escolas que atendem famílias de maior renda e escolaridade, portanto, têm, na comparação com estabelecimentos que concentram estudantes

mais vulneráveis, essa vantagem que nada tem a ver com o que acontece em sala de aula. Não é coincidência, portanto, que colégios privados ou públicos que realizam vestibulinhos ou com perfil mais elitizado de alunos se saiam melhor em rankings.

Do ponto de vista da formulação de políticas públicas, em vez de olhar para as "metas", faria mais sentido colocar a lupa em outro perfil de escolas: as eficazes, aquelas que, nas mesmas condições e atendendo ao mesmo perfil de aluno na comparação com outras, conseguem resultados mais expressivos.

Na comparação com países ricos, o Brasil ainda apresenta gasto por aluno muito menor, um indicativo de que ainda não temos investimento adequado para nos aproximarmos dessas nações. Se esse é o salto que almejamos dar na educação, ele não virá, portanto, somente da melhoria da eficiência. Mas há espaço para melhorar, e temos muito a aprender com as experiências exitosas em nossa realidade. Mas, para isso, precisamos identificar aquelas realmente relevantes para aperfeiçoar políticas de financiamento, apoio e indução.